

Leopoldo Silva



Líderes partidários devem ser convocados hoje pelo presidente José Sarney para definir formação de comissões

Análise de projetos depende de acordo sobre comissões

Sem definição para a composição dos colegiados permanentes, o vice-presidente Marconi Perillo transferiu para hoje a análise das matérias da ordem do dia. Reunião de líderes sobre a direção das comissões deve ser convocada pelo presidente José Sarney. **2**

Governo envia proposta de reforma política "fatiada"

Jane Araújo



Tarso Genro (E) e José Múcio (D) entregam proposta a Sarney, que destaca importância de reformas como a do Judiciário

Projetos determinam fidelidade partidária, financiamento público de campanhas, lista fechada e proibição de coligações em eleições proporcionais, cláusula de barreira e rigor contra "ficha suja" e compra de votos

Os ministros Tarso Genro e José Múcio reuniram-se com o presidente do Senado, José Sarney, para apresentar o projeto de reforma política enviado pelo Executivo ao Congresso. Para facilitar a aprovação, a matéria foi "fatiada": cinco projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição. José Múcio afirmou que o governo optou por separar os itens da proposta "para que cada partido possa examiná-los sem que uma ideia atrapalhe a outra". Sarney disse que a reforma política deve ser votada imediatamente e que o Congresso precisa contribuir, promovendo modificações. O presidente do Senado acredita que alguns itens são consensuais – como a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas –, mas que temas polêmicos exigirão maior debate. Papaléo Paes e Gilvam Borges defenderam as reformas tributária e política. **4 e 5**

Senadores vão examinar crise econômica e propor medidas **7**

Virgílio cobra providências para melhorar voos na Amazônia **6**

Em Plenário, apoio às reivindicações dos prefeitos **3**

Guarani poderá ser um dos idiomas oficiais do Mercosul

A Comissão de Educação do Mercosul aprovou ontem recomendação para que o guarani se converta em idioma de trabalho do Mercosul, como já ocorre com o espanhol e o português. O autor da proposta, deputado paraguaio Héctor Lacognata, disse que há cerca de 15 milhões de pessoas na região que falam o guarani. **8**



Gerardo Magella

Pedro Simon preside reunião em que Ignacio Mendoza Unzain (E) foi eleito presidente do Parlamento do Mercosul

Ausência de entendimento sobre comissões levou o vice-presidente Marconi Perillo a transferir para hoje deliberação sobre matérias que estão na pauta da Casa

Votação é adiada por falta de acordo sobre comissões

POR FALTA DE acordo entre os líderes partidários sobre composição das comissões permanentes da Casa, o vice-presidente Marconi Perillo (PSDB-GO) transferiu de ontem para hoje a análise das matérias que constam da ordem do dia.

Estava prevista para ontem a reunião dos líderes para discussão dos critérios de escolha dos presidentes e vices das comissões, mas o encontro acabou não sendo realizado. Havia a expectativa de que a reunião seria convocada pelo presidente do Senado, José Sarney, que à tarde participou da abertura de um evento em Brasília que reuniu o presidente Lula e os novos prefeitos municipais, empossados em janeiro deste ano.

Pelo PSDB, Alvaro Dias (PR) anunciou que o seu partido não concordava em votar matérias, sob a alegação de que não ocorreria reunião do Colégio de Líderes para definir a pauta das primeiras sessões e nem fora definida a composição das mesas das comissões permanentes.

Em nome da liderança da Minoria, Mário Couto (PSDB-PA) considerou imprudente o Plenário começar a deliberar sem a definição dos dirigentes das comissões. Ele cobrou a convocação de uma reunião dos líderes para resolver a questão. Na mesma linha, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu adiamento da ordem do dia por não haver acordo.

O líder do PDT, Osmar Dias (PR), sugeriu que Marconi Pe-

rillo, que presidia a sessão, convocasse ele próprio – já que o presidente José Sarney estava ausente – a reunião do Colégio de Líderes para decidir a composição das comissões e a indicação de suas respectivas mesas. Marconi preferiu aguardar a volta de Sarney.

O líder do DEM, José Agripino (RN) – outro defensor do adiamento das votações –, lembrou que Sarney conseguiu, em meia hora de reunião, costurar acordo entre os líderes para definir a composição da Mesa da Casa.

Já Valter Pereira (PMDB-MS) observou que a Mesa deveria fixar “um calendário implacável e rigoroso” que fosse cumprido independentemente das disputas internas.



Plenário do Senado não analisou matérias ontem porque líderes ainda não definiram formação de comissões permanentes

Senado homenageará amanhã a Cruz Vermelha

A hora do expediente da sessão de amanhã será dedicada a discursos em homenagem ao centenário da Cruz Vermelha Brasileira, conforme requerimento aprovado ontem pelo Plenário. A proposta partiu do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Fundada em 5 de dezembro de 1908, a Cruz Vermelha Brasileira é uma sociedade de socorro voluntário, auxiliar dos poderes públicos. É a única organização nacional reconhecida pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha autorizada a exercer suas atividades no Brasil.

Parlamentares eliminam redundância em PEC

O Senado aprovou ontem a supressão de um parágrafo da Proposta de Emenda à Constituição 22/06, aprovada em dezembro, que altera a composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Segundo o relator do dispositivo, senador José Agripino (DEM-RN), a supressão corrigiu uma redundância.

– Verificou-se que o objeto da Emenda 1 da CCJ, que inseria o parágrafo 5º no artigo 103-B da Constituição, foi atendido pela nova redação do parágrafo 1º do referido artigo, dada pela Emenda 2 de Plenário – explicou.

Arthur Virgílio pede agilidade na formação de colegiados

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) disse estar preocupado com a demora na escolha dos novos presidentes das comissões permanentes do Senado. Para ele, o impasse atrapalha o prosseguimento das votações na Casa.

Virgílio defendeu a proporcionalidade partidária como critério para se definir os dirigentes dos colegiados, o que daria ao PSDB, por exemplo, o direito de indicar o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE).

– O PSDB não vai abrir mão disso, de jeito algum. Não vejo por que se insiste em algo tão equivocado: desafiar a proporcionalidade. Mas o fato é que, se tem gente que acha que a regra tem que ser desrespeitada, que venha para o voto, e que venha para o voto com clareza, para encerrarmos esse episódio. Agora, grotesco, ridículo é o Senado não votar nada porque não se tem comissão funcionando – disse.

O senador também saudou o município de Parintins (AM)

por ter sido escolhido como sede do 3º Salão do Turismo do Amazonas, em data ainda a ser marcada.

Arthur Virgílio também apresentou requerimentos de voto de pesar pelo falecimento do jornalista e advogado Edísio Gomes de Matos; da professora Geminiana Bulcão Bringel, primeira mulher a presidir a Câmara Municipal de Parintins; e dos 24 mortos no recente acidente aéreo no rio Manacapuru, no Amazonas.

Em outro requerimento, ele pediu informações ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, sobre a construção de porto na cidade de Itacoatiara (AM), construção essa “anunciada e não iniciada”, segundo Arthur Virgílio.

O parlamentar apresentou ainda requerimento de voto de aplauso ao universitário do Amazonas Marcelo Seráfico, que defendeu tese de doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre o Pólo Industrial de Manaus.

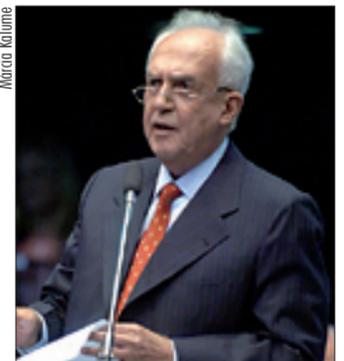
Jarbas quer vedar comemorações no Plenário em julho e dezembro

Projeto que visa proibir a realização de comemoração ou sessão especial no Plenário do Senado nos meses de julho e dezembro foi apresentado por Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE).

Mesmo reconhecendo a importância das comemorações (que são realizadas na hora do expediente da ordem do dia do Plenário) e das sessões especiais, o senador observou que “tais institutos não podem ter primazia sobre a atribuição precípua do Senado, que é a atividade legislativa, para a qual os meses de julho e dezembro são estratégicos”.

– Em julho, por conta da proximidade da interrupção da sessão legislativa. E em dezembro, por conta da proximidade de seu encerramento – disse o senador, acrescentando que esses dois meses são “especialmente atribulados”, devido à acumulação de projetos, propostas e medidas provisórias para serem votados.

Apenas em dezembro de 2008, disse Jarbas Vasconcelos,



Jarbas: o período anterior ao recesso é estratégico para a atividade legislativa

ocorreram duas sessões especiais e cinco comemorações na hora do expediente, ou seja, 10% dos eventos realizados em 2008.

O projeto de resolução (PRS 3/09) altera o Regimento Interno do Senado. A restrição às comemorações em Plenário, segundo o senador, também trará economia aos cofres da Casa, pois as comemorações e sessões especiais exigem gastos com material de divulgação, correspondência, logística, organização de espaços e recrutamento de pessoal técnico e de apoio.

CPI da Pedofilia atrai a atenção no estrangeiro

Magno Malta (PR-ES) comunicou ao Plenário que o 3º Fórum de Governança da Internet, realizado em dezembro na cidade indiana de Hyderabad, discutiu longamente o embate entre a CPI da Pedofilia, em desenvolvimento no Senado brasileiro, e o Google, que culminou em um acordo para que a empresa de pesquisa na rede mundial ajude as autoridades brasileiras no combate à pedofilia. O senador, que é presidente da CPI, participou



Malta: acordo com Google foi debatido em fórum na Índia

do fórum internacional ao lado do então senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE) e de

representantes do Executivo brasileiro.

Magno Malta informou ainda que relatório sobre o encontro, preparado pelo Itamaraty, destaca que a experiência da CPI da Pedofilia foi debatida em várias oportunidades, por se tratar de uma solução doméstica que apresentou resultados. Conforme o Itamaraty, franceses, indianos e noruegueses manifestaram interesse em “conhecer em profundidade o caso brasileiro”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Projeto de conversão na pauta de hoje

A sessão do Senado, às 14h, é deliberativa. Permanece como primeiro item da pauta de votações o Projeto de Lei de Conversão 31/08, que autoriza a União a dispensar a Caixa Econômica Federal de recolher parte dos dividendos e dos juros sobre capital próprio referentes ao período de 2008 a 2010, em montante que deverá ser definido pelo Ministério da Fazenda.

Encontro reúne governo federal e 4 mil prefeitos

Cerca de 4 mil prefeitos participam, desde ontem, do Encontro Nacional de Novos Prefeitos e Prefeitas, que termina hoje e tem o objetivo de reforçar as parcerias dos municípios com o governo federal. Na abertura do evento, o presidente Lula assinou seis atos. O principal deles foi a medida provisória que permite o parcelamento em 240 meses das dívidas dos municípios com o INSS e prevê a redução dos juros de mora da dívida em 50%. Outra MP refere-se à regularização fundiária de áreas urbanas da Amazônia Legal. Lula também assinou um decreto que prorroga o Imposto Territorial Rural (ITR) por prazo indeterminado e possibilita aos municípios optarem por um convênio com a Receita Federal. Lula firmou ainda um decreto que transfere os bens da extinta Rede Ferroviária Federal para a Secretaria de Patrimônio da União, e uma medida que amplia o programa Caminho da Escola. O presidente também apresentou uma proposta disciplinando a transição de governo.



Ao lado de vários ministros, Lula assina, na abertura de encontro com prefeitos, medidas voltadas para a administração municipal

VALADARES



Jonas Pereira

Apoio ao parcelamento das dívidas

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiou o ato do presidente Lula no sentido de alongar em 240 meses o parcelamento da dívida dos municípios – que está em torno de R\$ 14,5 bilhões.

O senador lembrou que ofereceu emendas a algumas MPs limitando o endividamento dos municípios e apresentou projeto (PLS 262/08) para obrigar a repactuação da dívida de forma a fazer uma correção justa. Valadares considera que a dívida das prefeituras cresceu tanto que pode se tornar uma “bomba relógio” no futuro. Para o senador, o aumento da dívida prejudica a população do município que cobra do prefeito a realização de obras.

Em aparte, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse achar válida a medida, mas cobrou outras providências para aliviar os problemas das prefeituras.

VALTER PEREIRA



Jonas Pereira

“Juros devem ser reduzidos para aliviar problema”

Na opinião de Valter Pereira (PMDB-MS), o alongamento das dívidas com a Previdência Social não resolverá de vez os problemas dos municípios.

Para o senador, não basta alongar os prazos de pagamento para até 20 anos, é necessário reduzir os custos das dívidas. Valter não aceita que, além de pagar a taxa básica de juros, os prefeitos tenham de assumir juros de 1% ao mês. O senador reuniu-se com cerca de 40 prefeitos de Mato Grosso do Sul, que mostraram as dificuldades para aderir ao alongamento das dívidas.

Apesar disso, ele considera positiva a intenção do governo de regulamentar a transição na troca de governos. Isso evitará que prefeitos que deixam a administração sonquem até mesmo informações básicas à nova equipe, geralmente de partidos adversários.

JOÃO RIBEIRO



Jonas Pereira

MP é “alento” para cidades mais pobres

João Ribeiro (PR-TO) manifestou satisfação com a medida provisória que permitirá o refinanciamento das dívidas dos municípios com a Previdência.

– Muitos desses municípios já estão de pires na mão e terão ao menos esse alento – disse.

João Ribeiro referiu-se, especificamente, às prefeituras cujo coeficiente de recebimento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é de 0,6%.

O senador também cumprimentou o governo pela decisão de promover a regularização fundiária das áreas urbanas na Amazônia Legal, com a devida titulação das terras públicas dos municípios.

Ele parabenizou o prefeito de Santa Fé do Araguaia, Valtenis Lino, eleito para presidir a Associação Tocantinense de Municípios. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Kátia Abreu (DEM-TO) apoiaram o discurso.

RAIMUNDO COLOMBO



Jonas Pereira

Encontro foi salutar, mas sem ações concretas

Raimundo Colombo (DEM-SC) avaliou que a iniciativa do Executivo de organizar um encontro de prefeitos para discutir, entre outros temas, os efeitos da crise financeira internacional é salutar. Mas, ressaltou, não houve nenhuma medida efetiva para ajudá-los.

– De concreto, de ação que fortaleça os municípios e que dê aos prefeitos capacidade financeira para desenvolver ações, isso não está sendo feito. Os prefeitos vão voltar com as mesmas condições que tinham – disse.

O senador também criticou as ações anunciadas pelo governo, como o aumento dos recursos do programa Pró-Vias, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de R\$ 500 milhões para R\$ 930 milhões. Na prática, disse, os prefeitos não conseguem ter acesso ao crédito.

FLEXA RIBEIRO



Jonas Pereira

Pacote “alivia, mas não resolve os problemas”

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sustentou em discurso que as medidas anunciadas pelo governo federal para beneficiar as prefeituras endividadadas “apenas aliviam, mas não resolvem” os problemas dos municípios. Para o senador, dificuldades relacionadas à merenda e transporte escolar e pagamento de equipes do programa Saúde da Família não foram tratados pelo Palácio do Planalto.

– Quase ninguém sabe, mas o governo federal paga só 20% dos gastos com os postos do Saúde da Família. As prefeituras têm dificuldades para manter o programa – disse.

Na avaliação de Flexa Ribeiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “dourou a pílula do pacote” e, sabendo que a marcha dos prefeitos estava prevista para março, antecipou o encontro.

JOÃO PEDRO



Jonas Pereira

Amazonas pede luz e saúde para todos

João Pedro (PT-AM) registrou, além do encontro de prefeitos, em Brasília, a reunião de representantes dos 62 municípios amazonenses com parlamentares do estado.

– Discutimos pontos que precisam de ações mais consistentes, como o programa Luz Para Todos, que está atrasado em meu estado. Além disso, a saúde pública, que precisa de um salto de qualidade.

O senador também demonstrou pesar pela queda de um avião Bandeirante, no fim de semana, no Amazonas, provocando a morte de 24 pessoas. Ele lamentou ainda que o estado venha registrando grande número de tragédias envolvendo barcos.

João Pedro associou-se a Arthur Virgílio (PSDB-AM), que apresentou requerimento lamentando a morte da professora paritense Geminiana Bulcão.

PAULO PAIM HOMENAGEIA ADÃO PRETTO

Paulo Paim (PT-RS) homenageou ontem a memória do deputado Adão Preto (PT-RS), falecido no sábado. Ele disse que, no momento em que o PT comemora 29 anos, falar de Adão Preto é falar da história do partido e da história recente do Brasil.

O senador ressaltou que o deputado dedicou sua vida aos movimentos sociais, sendo fundador do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Paulo Paim lembrou ainda que Adão Preto estava em seu quinto mandato como deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul.

FLÁVIO ARNS REGISTRA ENCONTRO DE ESCOTEIROS

O senador Flávio Arns (PT-PR) registrou ontem sua participação na 4ª edição do Jamboree Nacional Escoteiro, realizada entre os dias 11 e 17 de janeiro em Foz do Iguaçu, no Paraná.

Em seu pronunciamento, Flávio Arns destacou valores cultivados pelos escoteiros, essenciais, em sua opinião, para a vida em sociedade, tais como: atitude ética, engajamento em um ideal altruísta, preocupação com a preservação ambiental, respeito ao ser humano e ao bom convívio entre as culturas e costumes diversos, responsabilidade e firmeza de propósitos.

EXPEDITO COBRA RECURSOS PARA PONTE

Expedito Júnior (PR-RO) relatou encontro que teve na manhã de ontem com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, juntamente com o governador de Rondônia, Ivo Cassol, para cobrar os recursos destinados à duplicação da ponte que corta o município de Ji-Paraná e que é o único caminho para a capital Porto Velho e para os estados do Acre e do Amazonas.

Eles também cobraram recursos para a construção de um anel viário que desvie do centro de Ji-Paraná o tráfego de carretas transportadoras de soja, que tem causado transtorno à população.



Suplicy lê em Plenário carta que enviou a ministros do Supremo

Suplicy defende inocência de Cesare Battisti

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou ontem ao Plenário ter levado, em mãos, uma carta ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Gilmar Mendes, na qual expressa sua convicção de que o italiano Cesare Battisti não é culpado por assassinato.

Suplicy afirmou que teve sua convicção formada pelos argumentos apresentados nos diversos encontros que teve com a historiadora francesa Fred Vargas. Após cinco anos de estudo sobre o caso, Vargas concluiu que não existe nenhuma prova

material do envolvimento de Battisti com as mortes a ele atribuídas. A historiadora revelou a existência de relatos de 13 casos de tortura na formação do processo, delações premiadas suspeitas, além da presença de falsos mandados visando dar aparência de legalidade à condenação.

A íntegra da carta, lida por Suplicy, foi encaminhada, igualmente, aos outros dez integrantes do STF. A ela, o parlamentar anexou outro documento, firmado por Fred Vargas, em que a historiadora detalha suas pesquisas.

O senador ressaltou ter tido uma entrevista pessoal com Battisti em janeiro último, quando o italiano lhe garantiu que não tem nenhuma relação com as mortes de que é acusado.

Falando logo depois de Suplicy, Papaléo Paes (PSDB-AP) frisou que considera equivocada a decisão do governo brasileiro de "dar asilo a um assassino". Ele defendeu a extradição de Cesare Battisti. Também Heráclito Fortes (DEM-PI) se disse estarecido com o fato de o governo conceder a Battisti uma prerrogativa que não foi dada aos dois atletas cubanos que haviam solicitado asilo político ao Brasil, no Pan-Americano de 2007.

Camata protesta contra asilo político a italiano

Gerson Camata (PMDB-ES) criticou ontem a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder asilo político a Cesare Battisti, condenado pela Justiça italiana pelo assassinato de quatro pessoas.

– Sou descendente de italianos, e nós não somos terroristas, assassinos – frisou.

O senador fez um apelo ao Supremo Tribunal Federal, que analisará o recurso do governo italiano pedindo a revisão da decisão, para que Battisti seja julgado no Brasil pelos crimes que cometeu aqui: entrou com passaporte falso, retirou documentos falsos no país e sonegou impostos, já que nunca declarou



Gerson Camata: "Sou descendente de italianos, e não somos terroristas"

os recursos que recebia de sua editora, disse Camata.

– Isso envergonha os brasileiros, e o STF precisa corrigir isso – afirmou.

Segundo Gerson Camata, "antes de ser terrorista, Cesare Battisti foi condenado a 12 anos de prisão por assalto à mão armada".

Crivella faz ressalvas à teoria evolucionista

"Não há provas conclusivas de que haja qualquer indicio na natureza de que uma espécie possa gerar outra espécie", declarou Marcelo Crivella (PRB-RJ), ao criticar reportagem de capa da revista *Veja* desta semana, intitulada "Uma guerra de 150 anos – Por que Charles Darwin não conseguiu expulsar Adão e Eva dos livros escolares".

O senador ainda criticou o fato de a revista nem sequer ter concedido espaço a cientistas que discordam da teoria evolucionista, como os que debatem o tema no *site Dissent From Darwinism*. Segundo Crivella, mais de 700 cientistas participam das discussões, alguns deles agra-



Crivella: onde estão os fósseis de seres metade anfíbio e metade ave?

ciados com o Prêmio Nobel. Se a doutrina evolucionista estivesse correta, defendeu Crivella, os arqueólogos já teriam encontrado fósseis de seres metade anfíbio e metade ave ou peixe, ou até mesmo um com características de homem e macaco.

– Onde está esse elo perdido? – indagou.



Os ministros Tarso Genro (E), da Justiça, e José Múcio (D), da Secretaria de Relações Institucionais, entregam proposta ao presidente do Senado, José Sarney, para quem "esse tipo de legislação que remonta ao século 19 precisa mudar"

Executivo propõe reforma política "fatiada"

Projetos incluem lista fechada de candidatos e proibição de coligações em eleições proporcionais, financiamento público de campanhas, fidelidade partidária e cláusula de barreira

COM O OBJETIVO de facilitar a aprovação de seu projeto de reforma política, o governo federal apresentou ao Congresso uma proposição "fatiada": em vez de um texto único e amplo, o Executivo dividiu a matéria em cinco projetos de lei e uma proposta de emenda à Constituição (PEC). Os ministros Tarso Genro, da Justiça, e José Múcio, da Secretaria de Relações Institucionais, entregaram essas proposições ao presidente da Câmara, Michel Temer, no início da tarde de ontem e, em seguida, reuniram-se com o presidente do Senado, José Sarney.

José Múcio disse que o governo optou por separar os itens da proposta, ao contrário do que ocorria anteriormente, quando eram analisados em conjunto, "para que cada partido possa examina-

los sem que uma idéia atrapalhe a outra" – ou seja, para evitar que a oposição a determinados itens impeça a votação de toda a proposta.

Os cinco projetos de lei apresentados ontem preveem o seguinte: a substituição, nas eleições proporcionais, do modelo de lista aberta pelo de lista fechada; o financiamento público das campanhas eleitorais; a ineligibilidade, por três anos, das pessoas que forem condenadas por crimes como os de abuso de poder econômico e político, contra a economia popular e contra a administração pública; a fidelidade partidária, pela qual o mandato parlamentar pertence à sigla, e não ao candidato eleito; e a proibição de coligações para eleições proporcionais e a tipificação criminal da "captação ilícita

de sufrágio" (em que o candidato ameaça ou constrange alguém para obter seu voto ou atrapalhar a campanha de um candidato adversário).

Já a PEC visa implementar uma cláusula de barreira às legendas que não obtiverem 1% dos votos válidos nas eleições para a Câmara dos Deputados, distribuídos em, pelo menos, um terço dos estados (com o mínimo de 0,5% dos votos em cada estado). Tarso Genro afirmou que essa "será uma cláusula de barreira que respeita o direito dos partidos minoritários".

Tarso Genro e José Múcio negaram a possibilidade de a reforma política ser utilizada para viabilizar um terceiro mandato presidencial para Luiz Inácio Lula da Silva.

Votação deve ser imediata, afirma Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, acredita que a reforma política deve ser votada "imediatamente" e que os parlamentares têm consciência da importância para o Brasil dessa reforma.

– É inadiável. Esse tipo de legislação que remonta ao século 19 precisa mudar – frisou.

Para Sarney, o Congresso tem que contribuir com a reforma e não deve apenas aprovar sem modificações a proposta do Executivo.

Segundo Sarney, o "fatiamento" da reforma em seis partes é uma estratégia adotada pelo Executivo para agilizar a análise da matéria, porém afirmou que tentará votar a proposta em conjunto com outros projetos sobre o tema que já estão no Congresso.

O presidente disse acreditar que alguns itens são "praticamente consenso" – como a fidelidade partidária e o financiamento público de

campanha –, mas que temas mais polêmicos terão que ser discutidos.

Sarney destacou a importância de reformas como essa citando o exemplo de bons resultados conseguidos com a reforma do Judiciário, como a instituição do controle externo do Judiciário e a criação da súmula vinculante, que, conforme avalia, diminuiu em 41% o número de processos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF).

Gilvam quer mais tempo para eleito trabalhar pela população

"Reforma política já! Reforma tributária já!" A cobrança foi feita por Gilvam Borges (PMDB-AP), que, da tribuna do Plenário, chamou a atenção para a necessidade de aprovar essas duas reformas. Ele também saudou a eleição do senador José Sarney e lembrou que o presidente do Senado, em seu discurso de posse, anunciou que colocaria em pauta a reforma política.

– Essa reforma se faz urgente, junto com a reforma tributária. A nação, hoje, avalia e discute nos bastidores, de forma silenciosa, questões que deverão entrar na pauta da reforma política, como a unificação das eleições, a legis-



Gilvam Borges também resalta a importância do programa Luz Para Todos

lação eleitoral e a reconfiguração das políticas partidárias – enumerou. Na avaliação de Gilvam Borges, tornou-se impossível para o político usar as mesmas estratégias de campanha que costumava utilizar no passado. Ele observou que a sucessão de eleições obriga que a campanha política seja permanente e ininterrupta. A reforma política, na sua avaliação, poderia alterar essa situação, proporcionando mais tempo para o parlamentar ou integrante do Executivo trabalhar em benefício da população.

Outro assunto abordado por Gilvam Borges foi o anúncio fei-

Mário Couto cobra a votação do projeto de reajuste dos inativos

A "demora" da Câmara em votar a proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) que reajusta as aposentadorias do INSS pelos mesmos índices do salário mínimo motivou protesto de Mário Couto (PSDB-PA).

– Após o carnaval, vamos procurar a Mesa diretora para que a Câmara desengavete a matéria. Eu quero ver quais os deputados que têm a coragem de votar contra os velhinhos desamparados e massacrados.

O parlamentar sugeriu que o Senado "também engavete as propostas de interesse do governo federal enquanto a proposição de Paim não for votada pela Câmara". Ele previu que logo ocorrerão movimentos de rua, em protesto, se os deputados e o governo "continuarem a virar as costas para os aposentados".

– O presidente Lula resolve ajudar a todos. Pegou uma



Mário Couto: "Vamos procurar a Mesa para Câmara desengavetar proposta"

iniciativa do ex-presidente Fernando Henrique, o programa Bolsa Família, e estendeu para 11 milhões de brasileiros e brasileiras. Parece que esse sentimento é social. Parece, mas tem determinados momentos em que eu acho que ele é político. Lula quer ajudar todo mundo, mas deixa 36 milhões de aposentados na miséria, na fome e na desgraça.

Mercadante comemora os 29 anos de fundação do PT

O líder do Partido dos Trabalhadores, Aloizio Mercadante (SP), comemorou em discurso da tribuna os 29 anos de criação do partido. Relembrando a reunião histórica de fundação da legenda, ocorrida no Colégio Sion, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980, Mercadante reconheceu a importância da Igreja Católica e dos movimentos sociais na organização da resistência democrática, dentro da qual se constituiu o PT.

– Não tínhamos, naquela época, o direito a sindicatos livres, a partidos, a entidades da sociedade civil. Portanto, as igrejas eram o espaço de acolhimento, de proteção e foram muito importantes na resistência democrática.

Mercadante destacou os importantes contribuições, para a construção do PT, de intelectuais como Florestan Fernandes, Paulo Freire e Perseu Abramo,



Mercadante lembra contribuição de intelectuais na criação da legenda

e de parcela do movimento estudantil. Todos esses segmentos, lembrou, eram comandados por líderes sindicais, como Luiz Inácio Lula da Silva, que emergiram das grandes greves do ABC.

Em apertes, Mercadante recebeu cumprimentos de Cristovam Buarque (PDT-DF), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Chamei ele de Zé Malgino. No dia seguinte, ele tirou o meu indicado. Não tenho nada com o Zé Dirceu. Era a única maneira dele botar para fora o meu indicado – revelou.

Mão Santa se diz arrependido por ter votado no PT em 2002

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou, da tribuna, que o arrependimento não mata, senão já estaria morto por ter votado, nas eleições de 2002, nos petistas Luiz Inácio Lula da Silva, para presidente, e Wellington Dias, para governador do Piauí.

O senador lembrou que foi o responsável pela indicação de um dirigente da Companhia Energética do Piauí (Cepisa), mas, quando soube "da roubalheira comandada pelos aloprados do PT", buscou uma maneira de se livrar do indicado.

– A roubalheira era grande, era o *habitat* da corrupção, e eu fiquei com medo – disse o parlamentar.

Segundo Mão Santa, foi instituída na estatal piauiense "uma tal de mesada", fato que teria sido noticiado no *blog* do jornalista Cláudio Humberto.

– Já estavam assaltando an-



Mão Santa diz que era grande "a roubalheira" em estatal do Piauí

tes de chegar o dinheiro para as obras. Eu disse: tó lascado, porque quem indicou o sujeito fui eu. A minha sorte é que um mês depois surgiu o mensalão. Só tem um jeito, é eu cutucar o Zé Dirceu, e chamei ele de Zé Malgino. No dia seguinte, ele tirou o meu indicado. Não tenho nada com o Zé Dirceu. Era a única maneira dele botar para fora o meu indicado – revelou.



Jonas Pereira

César Borges teme que assassinato prejudique turismo na ilha

César Borges registra violência em Itaparica

Dizendo-se triste, indignado e constrangido, César Borges (PR-BA) lamentou "a falta de atitudes do governo do estado contra o aumento da criminalidade na Bahia". De acordo com o senador, no final de semana, "até a pacata Ilha de Itaparica foi barbaramente atingida", quando houve o assassinato de um paraense radicado em Salvador, comandante de um barco fretado por turistas de São Paulo.

César Borges disse que, ante o aumento da violência contra turistas que vão a Itaparica, o governo instalou no local uma delegacia, mas que não funciona à noite.

O crime ocorreu na área da marina de Itaparica e a notícia "com certeza vai riscar a Bahia do turismo náutico, apesar da beleza das 40 ilhas da região", acrescentou.

César Borges leu declarações do escritor João Ubaldo Ribeiro, dizendo que a situação é o resultado de "um governo desastroso". Leu ainda manchete do jornal *A Tarde*: "Bandidos param sete bairros com toque de recolher", e comentou: "Não podem nem culpar governos passados. Antes, essa violência não existia na Bahia".

Mário Couto quer ação de MP contra governadora

Mário Couto (PSDB-PA) leu ontem em Plenário texto de ofício encaminhado por seu gabinete ao Ministério Público do Estado do Pará solicitando a adoção de providências por aquela instituição no sentido de responsabilizar a governadora Ana Júlia Carepa pelo agravamento dos problemas de segurança pública na região.

De acordo com o senador, mais de 30 pessoas são assassinadas por dia no estado, sendo que apenas nas ruas de Belém seriam mais de 140 as vítimas da violência por mês.

– A população paraense clama por providências para que ela possa dizer brevemente que se orgulha de morar no estado do Pará. Hoje a aflição é tão grande que tenho certeza de que muitos dos paraenses pensam em se mudar daquele querido estado — afirmou Mário Couto.

Senador considera confiável a empresa de táxi aéreo cujo avião caiu no Amazonas, e atribui mortes às "graves condições de aviação na região"

Virgílio lamenta acidente e diz que falta segurança para voos na Amazônia

O SENADOR ARTHUR Virgílio (PSDB-AM) apresentou requerimento de pesar pela morte dos 24 passageiros e tripulantes do avião Bandeirante da empresa Manaus Aerotáxi, que caiu no rio Manacapuru após ter saído de Coari (AM) com destino a Manaus. Ele disse que a empresa "não é malconceituada".

– É uma empresa pela qual eu viajo muito pelo estado. Logo, eu confio na sua qualidade técnica, na manutenção, na perícia dos seus aviadores e na idoneidade dos seus proprietários, Marcos Pacheco e Marcos Pacheco Filho – afirmou.

Segundo Virgílio, a empresa está prestando assistência psicológica aos quatro sobreviventes e às famílias das vítimas. Ele disse que as condições de aviação na Amazônia são "muito graves" e cumprimentou o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, pela iniciativa de propor uma discussão sobre aviação e transporte hidroviário na região.

O senador afirmou que os aeroportos da Amazônia são deficientes e a região



Leopoldo Silva

Virgílio: "Aerportos são deficientes e há falta de infraestrutura na região"

padece com a falta de infraestrutura em todas as áreas. O governo federal, disse, "precisa fazer um esforço para dotar a região de aeroportos seguros". Para Virgílio, os habitantes do interior da Amazônia deveriam ser isentos do pagamento de impostos e receber "um incentivo por garantir a soberania do país em áreas isoladas".

– Não estou sendo provinciano. Falo como um brasileiro que não admite que vidas humanas sejam ceifadas porque não estão dando uma atenção sistêmica à segurança de voo na região – frisou.

Prefeitos

Virgílio também registrou a sua participação na reunião que preparou os 52 prefeitos amazonenses para o encontro com o presidente Lula. Ele informou que foi estabelecida uma pauta prioritária, sugerindo o corte no custeio associado a muita austeridade. Na avaliação do senador, o administrador de elite é aquele que poupa no custeio para que sobre para investimento.

Dornelles pede regras para aviação do país enfrentar a concorrência desleal

Francisco Dornelles (PP-RJ) cobrou do governo a adoção de regras que permitam a defesa das empresas brasileiras de aviação da concorrência desleal e de práticas comerciais predatórias. Ele lembrou que o chamado Custo Brasil precisa ser reduzido, já que as empresas aéreas do país gastam muito mais com impostos, contribuições sociais, burocracia, juros elevados e encargos trabalhistas do que suas concorrentes do exterior.

Segundo o senador, o acordo aéreo assinado com os Estados Unidos no início dos anos 90 (que permitiu às grandes companhias aéreas norte-americanas



Jonas Pereira

Dornelles diz que acordo prejudicou Varig e outras empresas brasileiras

operarem na linha Brasil-EUA) trouxe prejuízo para as empresas de aviação brasileiras, sobretudo a Varig, que tinha nesse roteiro sua principal fonte de receita externa.

Com o acordo, prosseguiu Dornelles, as empresas americanas "reduziram enormemente o preço das passagens, em flagrante prática de *dumping*", o que teria contribuído para desequilibrar as contas das companhias aéreas brasileiras. Na época, o real desvalorizou-se perante o dólar, as taxas de juros aumentaram e impostos foram elevados.

Osmar elogia Show Rural do município de Cascavel

Osmar Dias (PDT-PR) saudou a realização do Show Rural 2009, do município de Cascavel (PR). O senador disse que participou da abertura do evento, que apresenta o desenvolvimento tecnológico do setor por meio de máquinas e equipamentos, além de promover debate técnico. Iniciado segunda-feira, o evento se encerra nesta sexta.

– Um Show Rural que ocorre no momento mais oportuno, porque é a hora de discutir, realmente, o papel da agricultura para enfrentar a crise. Agora é a hora de discutir o papel do agropêlo, da indústria de alimentos, da indústria de equipamentos, de máquinas na geração de empregos.

Para Osmar Dias, a tecnologia moderna e o apoio financeiro dos bancos estatais podem ajudar o país a combater o desemprego por meio do aumento da produtividade agropecuária.



Jonas Pereira

Senador propõe ensino de cidadania nas faculdades de Medicina

Mozarildo quer mais médicos no interior

Ao comentar matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre a falta completa de médicos em 455 municípios interioranos, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) cobrou do governo federal a adoção de medidas para resolver o problema.

A matéria, baseada em dados de pesquisa realizada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), revela que a carência desses profissionais é maior nas regiões Norte, Sul e Sudeste, onde porcentagem relevante dos municípios não conta com os serviços de nenhum médico para atender a população.

– Nós temos no Brasil hoje 455 municípios sem médicos. Isso é inaceitável. É preciso que o presidente Lula discorde menos e aja mais, chamando o ministro da Saúde e o ministro da Educação e fazendo um plano para distribuir médicos no país – disse.

Mozarildo, que é médico, propôs ainda o ensino de matérias relativas à cidadania nas faculdades de Medicina. Com o estudo dessas disciplinas, os médicos teriam condições de compreender a importância de atenderem em cidades do interior, acredita o senador.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mão Santa • Marconi Perillo • Antônio Carlos Valadares • Serys Slhessarenko

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Morais
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Jefferson Praia afirma que Senado deve repercutir agenda do crescimento

Jefferson Praia divulga teor da Carta de São Luís

De acordo com o senador Jefferson Praia (PDT-AM), os temas que constam da Carta de São Luís como prioritários para a região amazônica são os seguintes: integração entre lavoura, pecuária e floresta; incentivo à agricultura familiar; manejo sustentável de recursos naturais, uso e ocupação do solo; identificação de fundos de apoio; *marketing* amazônico; ecoturismo; pesquisa aplicada ao desenvolvimento; e articulação institucional com a bancada parlamentar amazônica.

Em novembro de 2008 foi realizado o Amazontech, uma mostra sobre as inovações tecnológicas, a difusão de conhecimentos científicos e empreendedorismo sobre a Amazônia, com foco no apoio a negócios sustentáveis e ações para fortalecer o intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos em projetos que viabilizem o desenvolvimento sustentável da região. Desse encontro saiu a Carta de São Luís.

– A carta inclui uma lista de projetos e políticas que constitui uma agenda viva que cumpre a nós, no Senado da República, repercutir e ajudar a viabilizar em prol do equilíbrio entre crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental na nossa Amazônia. Isso interessa de perto a todos os brasileiros desta e das próximas gerações – disse Jefferson Praia.

Valter Pereira quer Campo Grande na Copa de 2014

Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu ontem a escolha de Campo Grande – em lugar da capital de Mato Grosso, Cuiabá – como cidade da região do Pantanal Mato-Grossense para sediar jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

O senador apontou, entre as qualificações de Campo Grande para sediar a Copa do Mundo, a infra-estrutura urbanística, que a torna a única capital brasileira sem favelas, bem como a logística privilegiada do estado, que conta com três aeroportos internacionais.

– A capital de Mato Grosso do Sul é dona de uma infra-estrutura urbana de rara racionalidade. Sujeita a sistemático planejamento, que vem sendo operado sem interrupção, a cidade tem crescido de forma ordenada e focando sempre a qualidade de vida das pessoas. Daí suas largas vias públicas, a farta arborização, as incontáveis praças e espaços de entretenimento, cultura e lazer – argumentou o senador.

Francisco Dornelles foi escolhido para presidir colegiado que deve acompanhar a turbulência internacional e apresentar sugestões para manter empregos e investimento

Sarney indica membros de comissão para monitorar crise

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, já indicou os integrantes da comissão criada pelo próprio senador para acompanhar os efeitos da crise financeira internacional no Brasil. A informação foi passada pelas assessorias do presidente da Casa e do senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Francisco Dornelles (PP-RJ) foi indicado para a presidência do colegiado, que contará também com

Aloizio Mercadante, Pedro Simon (PMDB-RS), Marco Maciel (DEM-PE) e Tasso Jereissati (PSDB-CE). O cronograma de atividades da comissão será definido nos próximos dias.

O colegiado proposto por Sarney vai monitorar a crise financeira mundial e apresentar sugestões para a manutenção do emprego e dos investimentos no Brasil. Em entrevista à imprensa logo depois de eleito

presidente da instituição no dia 2 de fevereiro, o senador explicou que a comissão permitirá ao Senado “acompanhar permanentemente a crise econômica mundial, oferecendo não só sugestões, como também tentando influir nas decisões e levando essas sugestões ao Poder Executivo. É uma comissão de caráter permanente para acompanhar diariamente a crise internacional”.

Fiesp oferece subsídios e trabalho conjunto

Recebido pelo presidente do Senado, José Sarney, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, informou que, desde a eclosão da crise financeira mundial, a entidade criou uma comissão anticrise. Como Sarney decidiu criar comissão semelhante no Senado, Skaf afirmou que deseja trazer para o Legislativo as informações e propostas reunidas pela Fiesp.

O presidente da federação disse que, nos primeiros momentos da crise, juntou setores das áreas de economia, competitividade, relações internacionais, institucional e jurídica da Fiesp para formar a comissão. Frisou que essa é uma experiência de quatro meses e de trabalho diário que já resultou em muitas propostas, prontas para serem examinadas pela comissão do Senado.

– Tão logo seja instalada a comissão anticrise do Senado, faremos um trabalho conjunto. Nós colocaremos à disposição do Senado todo o nosso conhecimento, todas as nossas informações, todas as propostas, tudo aquilo que temos e que é fruto de um trabalho intenso.

Paulo Skaf fez ainda uma am-



Skaf (E) leva a Sarney posição da entidade contra práticas protecionistas

pla defesa da indústria brasileira contra as práticas protecionistas que começam a ser aplicadas por outros países, referindo-se, sobretudo, à China e à Argentina. Na avaliação do dirigente, os empresários brasileiros estão sendo vítimas de práticas que caracterizam *dumping*.

– Temos que separar protecionismo dos mecanismos legítimos de defesa comercial. Não podemos permitir em hipótese nenhuma as práticas desleais ou ilegais de comércio. Nós sabemos que os mercados americano e europeu caíram muito. E sabemos que a China está com grandes volumes e poderá nos

atingir com esses estoques a preços muito baixos, com prática de *dumping*, com práticas desleais e até ilegais de comércio.

Ele alertou ainda que a Argentina está impondo restrições às exportações brasileiras ao lembrar que não foram concedidas guias para exportação para aquele país, solicitadas em outubro do ano passado, para permitir a venda de alguns produtos brasileiros.

– Em relação a práticas como essas, impondo restrições às nossas exportações, temos que responder impondo restrições às exportações dos argentinos – advertiu Paulo Skaf.

Alvaro: auditoria em operação entre BNDES e HSBC

Alvaro Dias (PSDB-PR) requereu ao Tribunal de Contas da União (TCU) que realize inspeção e auditoria em transação realizada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o banco HSBC, conforme apontou, com flagrante prejuízo aos cofres públicos.

Nos últimos dias, explicou Alvaro, a imprensa denunciou que o BNDES vendeu para o HSBC, por R\$ 8,3 milhões, uma carteira de crédito cujos créditos pendentes se aproximavam de R\$ 650 milhões, numa operação realizada sem concorrência.

Essa carteira de crédito era originária do Banco Bamerindus, que sofreu intervenção do Banco Central em 1997 e foi vendido ao HSBC. Os créditos



“Houve nítida e declarada falta de controle”, aponta Alvaro Dias

da linha da Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), um programa federal para a compra de máquinas e equipamentos, voltaram para o BNDES, na ocasião. Em 2007, foram repassados ao HSBC. Ou seja, o banco privado comprou a carteira da instituição federal – com o intuito de recuperar os créditos do antigo Bamerindus – por 1,28% do valor total da carteira.

Antes disso, o BNDES tinha incumbido o próprio HSBC de cobrar as dívidas do antigo Bamerindus, repassando os pagamentos recebidos ao

banco estatal. Mas não há uma contabilidade específica dessas transações. “São fatores suficientes para que o Senado Federal solicite auditoria do Tribunal de Contas sobre a operação referida”, justifica o senador no requerimento.

Alvaro Dias afirmou que advogados do Paraná estão preparando uma ação popular contra a transação, que deve ser impetrada esta semana.

Diretas

O senador também lembrou que, no dia 12, faz 25 anos que, a pedido do então deputado Ulysses Guimarães, ele comandou, na região da Boca Maldita, em Curitiba, a organização do primeiro grande comício por eleições diretas, que reuniu cerca de 60 mil pessoas.

– Não vencemos na primeira etapa, mas a campanha não foi em vão. Logo a seguir, Tancredino Neves era eleito presidente da República. Não vimos mais mobilização igual.



Para Cristovam Buarque, país passa por uma “hemorragia” intelectual

Cristovam lamenta baixa procura por curso de Magistério

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) lamentou que, de acordo com o Censo Escolar 2008, o número de jovens brasileiros que optam pela carreira do Magistério esteja diminuindo.

– O que significa a redução no número de pessoas, jovens especialmente, que procuram a carreira do Magistério? Significa a diminuição no número de professores, significa a redução na qualificação dos professores. O que está ocorrendo é um processo de hemorragia – disse.

A falta de professores qualificados, afirmou o parlamentar, reduz a qualificação dos alunos, aumentando o número de estudantes por sala de aula, fechando disciplinas para as quais não há professores.

– É uma hemorragia da capacidade intelectual do país – declarou Cristovam.

O senador também lamentou a alta evasão escolar no país, que leva milhares de crianças e adolescentes a abandonar os estudos.



Segundo Tião Viana, medida significa pensar o futuro de forma diferente

Tião Viana apoia escola obrigatória até os 17 anos

Tião Viana (PT-AC) informou ao Plenário do Senado que o ministro da Educação, Fernando Haddad, encaminhou ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva projeto para estender a obrigatoriedade da oferta de escola pública gratuita a crianças e jovens até os 17 anos. Hoje, a obrigatoriedade vai de quatro a 14 anos.

– É a oportunidade para o presidente Lula assumir esse desafio. Isso significará mais crianças nas escolas, mais anos de escolaridade; significa pensar o futuro de forma diferente – destacou o parlamentar acreano.

A extensão da obrigatoriedade do ensino público e gratuito até os 17 anos custaria aos cofres públicos cerca de R\$ 9 bilhões por ano, incluindo gastos da União, dos estados e dos municípios.

Comissão de Educação do Parlamento do Mercosul aprova recomendação para que o bloco tenha um novo idioma de trabalho, como já acontece com o português e o espanhol. Decisão precisa ainda passar pelo Plenário

Em discussão, proposta de código de ética

Começou a tramitar ontem, no Parlamento do Mercosul, anteprojeto de código de ética que prevê, entre outras normas, a obrigatoriedade de o parlamentar prestar contas de sua atuação.

Foi aberto prazo até o dia 16 de março para que sejam apresentadas sugestões ao texto. Em seguida, a Comissão de Orçamento e Assuntos Internos terá 45 dias para elaborar um parecer.

No capítulo sobre prestação de contas, o anteprojeto estabelece que, em virtude do princípio da transparência, os parlamentares do Mercosul deverão oferecer relatório detalhado de sua atuação ao final de cada ano, a ser publicado no site do Parlamento na internet. No documento, deverão constar iniciativas legislativas apresentadas, trabalhos efetuados nas comissões, entidades e organismos regionais ou nacionais e participação em missões oficiais.

Conforme a proposta, a atuação do parlamentar deverá respeitar os princípios de responsabilidade, bem comum, independência, honradez, integridade, respeito, tolerância, veracidade, justiça e transparência. O interesse geral, conforme o projeto, deve estar sempre acima do interesse particular.

Comissão aprova memorial sobre a Guerra do Paraguai

Por sugestão dos parlamentares paraguaios Ricardo Canese e Hector Lacognata, a Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul aprovou recomendação às autoridades do bloco para que seja criado o Memorial da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), também conhecida como Guerra do Paraguai, com a incorporação dos monumentos da época, dos arquivos públicos e privados sobre o conflito e dos museus dedicados ao tema. A pedido da presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), os autores concordaram em retirar da justificativa da proposta a expressão "genocídio praticado contra o povo paraguaio".

Na apresentação do projeto, que ainda irá a Plenário, Canese e Lacognata afirmam que o memorial deve ser usado com fins históricos, educativos, culturais e turísticos.

Marisa Serrano declarou que o memorial pode ser um fórum para discutir questões do passado visando à construção do futuro.

– Temos que dar mais ênfase à paz do que à guerra – acrescentou a senadora, cujo mandato na presidência da comissão terminou ontem. Ao despedir-se, Marisa Serrano propôs que o colegiado dê mais atenção à ciência, à tecnologia e aos esportes.



Senadora Marisa Serrano preside a Comissão de Educação e Cultura do Parlasul

Guarani poderá ser uma das línguas oficiais do Mercosul

A COMISSÃO DE Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes do Parlamento do Mercosul aprovou ontem recomendação ao Conselho do Mercado Comum (CMC) para que o guarani seja considerado uma das línguas oficiais do Mercosul e se converta em idioma de trabalho do bloco, como o espanhol e o português. Autor da proposta, o deputado paraguaio Héctor Lacognata disse que há cerca de 15 milhões de pessoas que falam o guarani e vivem no Paraguai e em regiões da Argentina, Bolívia e Brasil.

A decisão será ainda submetida ao Plenário. Se for confirmada pelo Parlamento e adotada pelo conselho, todos os documentos do bloco e também os pronunciamentos nos eventos do Mercosul terão de ser traduzidos para o guarani. Segundo Héctor Lacognata, há parlamentares paraguaios que provavelmente se expressariam com mais facilidade em guarani, sua língua materna.

Na justificativa da proposta, o deputado lembra que, em agosto de 1995, os ministros de Educação e Cultura dos países membros do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – declararam o guarani língua histórica do bloco. Assinala também que o CMC, em

2006, considerou o guarani como um dos idiomas do Mercosul. Lacognata destaca que o guarani é idioma oficial no Paraguai desde 1992 e que 85% da população do país fala o idioma.

Providências

A presidente da comissão, senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), informou que a Universidade Federal da Grande Dourados, em Mato Grosso do Sul, criou no ano passado uma cátedra de Guarani. Disse ainda que o seu reconhecimento como língua oficial do Mercosul é importante e que a sua adoção como idioma de trabalho é difícil, "mas não impossível". Para a senadora, a Mesa do Parlamento deverá definir as providências necessárias para que o guarani possa converter-se em idioma de trabalho na instituição.

Já o deputado paraguaio Nelson Alderete ressaltou que o guarani é uma língua viva e um elemento aglutinador: "Vamos resgatar nossa identidade a partir de nossa cultura original", defendeu. Também paraguaio, o deputado Ricardo Canese informou que pesquisa feita em seu país no período eleitoral indicou que 62% dos entrevistados gostariam que o presidente se dirigisse a eles em guarani.

Subcomissão deve propor ações comuns contra tráfico de pessoas

Com o objetivo de favorecer o planejamento de uma estratégia comum na luta contra o tráfico de pessoas, a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul aprovou a criação de subcomissão temporária que propõe a harmonização das leis dos países do bloco sobre o assunto.

De autoria da parlamentar argentina Beatriz Rojkes de Alperovich, a proposta prevê que a subcomissão promoverá a implementação de todos os tratados e convênios internacionais referentes ao tema nos países do Mercosul, além de estudar as leis vigentes.

Na justificativa da proposta,

Beatriz Alperovich afirma que o tráfico de pessoas, em especial de mulheres e crianças, ocupa o terceiro lugar como atividade lucrativa ilícita no mundo, depois do tráfico de drogas e de armas. Ela lembra que o crime é muito mais frequente em países com baixos índices socioeconômicos e defende a concentração de esforços pelo Parlamento do Mercosul para a aprovação, em cada um dos países do bloco, de uma legislação que permita elaborar estratégias de luta "contra esse complexo flagelo que tem extensas ramificações". Isso, em sua avaliação, "exige uma legislação atualizada e harmônica".

Paraguai é eleito presidente do Parlasul

Em sessão presidida pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), o parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza Unzain foi eleito presidente do Parlamento do Mercosul para os próximos seis meses. Em seu pronunciamento, Mendoza disse que dedicará esforços para a consolidação e o fortalecimento da instituição. O novo presidente afirmou ainda que o Parlamento do Mercosul deve ser respeitado, conhecido e ampliado.

Na mesma sessão, foram eleitos os três vice-presidentes para um mandato de dois anos: Dr. Rosinha, pelo Brasil, José Juan Bautista Pampuro, pela Argentina, e Juan Jose Domínguez, pelo Uruguai. A cada seis meses, um vice-presidente assume a Presidência do Parlamento, o que permite que representantes dos quatro países ocupem o cargo.

Em pronunciamento antes da eleição de Ignacio Mendoza, o senador Pedro Simon, que presidiu a sessão por ser o mais velho entre os presentes, disse que aquele era o momento mais importante de sua vida pública.

O senador gaúcho lembrou de um fato que ocorreu em 1957, quando, estudante em Porto Alegre, participou de uma Semana de Estudos Sociais. No encontro, relatou, foi aprovada a tese de que os países da América do Sul deveriam ter uma entidade que os representasse.

Para Simon, a América Latina tem todas as condições para ser uma grande região. Ele qualificou de muito importante a integração entre os países do Mercosul.

– Esse é o nosso caminho – concluiu, após ter mencionado a integração de países europeus.

Acordo busca definir tamanho de cada delegação

Um acordo político está sendo negociado pelos quatro países que integram o Parlamento do Mercosul para viabilizar a adoção de um critério de representação cidadã, que definirá o tamanho da delegação de cada nação no órgão legislativo.

O Brasil aceitou proposta formulada pela Argentina segundo a qual o Uruguai e o Paraguai teriam 18 parlamentares cada, a Argentina, 43 e o Brasil, 75. Os representantes do Paraguai, no entanto, condicionaram o apoio a tal proposta à aprovação da criação do Tribunal de Justiça do Mercosul, com caráter supranacional e decisões vinculantes.

O dispositivo acordado entre Brasil, Argentina e Uruguai prevê uma proporcionalidade atenuada, de forma a compensar as diferenças demográficas sem chegar a uma representação estritamente proporcional à população de cada país, para evitar a supremacia numérica de um Estado – no caso, o Brasil – no Parlamento do Mercosul.



Amorim: exame de atos internacionais após a eleição do presidente da CRE

Sarney conversa com Amorim sobre política externa

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na manhã de ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com quem conversou sobre política externa e sobre os acordos internacionais que o governo brasileiro aguarda serem votados no Legislativo. Amorim deixou o encontro salientando o respeito que Sarney sempre teve pelo Itamaraty e pela política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

– Evidentemente, temos os acordos que têm que ser aprovados. A grande maioria deles está na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Temos que esperar a eleição do presidente dessa comissão. Mas creio que vamos ter sempre a maior cooperação do presidente Sarney, com base na visão ampla que ele tem dos interesses do Brasil. Se há um homem que tem grande conhecimento de política externa é o presidente Sarney. Ele só teve palavras positivas com relação à política externa do presidente Lula.

CRE analisará dois pedidos de voto de censura

Dois pedidos de voto de censura estão entre as matérias que aguardam os novos integrantes da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). O primeiro, apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), destina-se à "política de imigração discriminatória" do governo da Espanha. O outro, elaborado pelo senador Mário Couto (PSDB-PA), contesta a reforma constitucional idealizada pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

No seu requerimento, formulado em junho, Mercadante critica o tratamento do governo espanhol a cidadãos brasileiros, apesar das antigas relações entre os dois países. Já no requerimento de voto de repúdio a Chávez, Mário Couto condena a tentativa de uma reforma constitucional na Venezuela de "forma desequilibrada e totalmente atentatória à democracia", com o objetivo "consolidar o seu regime autoritário e personalista de governo".